



TORNAR-SE MULHER: UMA LEITURA DAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE E DOS ESTUDOS DE GÊNERO

BECOMING A WOMAN: A READING OF THE CONTRIBUTIONS OF PSYCHOANALYSIS AND THE FEMINIST MOVEMENT

Amanda Sena de Matos Oliveira¹

RESUMO: O artigo em questão propõe-se a realizar uma trajetória histórica da mulher e da feminilidade a partir de uma articulação entre o campo político e social e os estudos psicanalíticos. Sabe-se que anteriormente aos estudos de gênero, as diferenças entre homens e mulheres eram justificadas somente a partir de um viés biológico. Conforme o desenvolvimento do movimento feminista, instaura-se uma preocupação com a organização social e política da relação entre os sexos. É diante dessa tentativa de compreender as estruturas responsáveis pela subordinação feminina que se iniciam os estudos de gênero. Este estudo objetiva sintetizar os principais debates políticos e sociais no que diz respeito à mulher e ao gênero feminino, promovendo uma discussão com a teoria psicanalítica. Diante disso, demonstra-se como a psicanálise, a partir de seu caráter de escuta e reflexão, pode ser utilizada como um poderoso artifício para a potencialização de territórios subjetivos de existência.

PALAVRAS-CHAVE: Feminilidade; Feminismo; Gênero; Mulher; Psicanálise.

ABSTRACT: This article proposes to carry out a historical trajectory of women and femininity from an articulation between the political and social field and psychoanalytic studies. It is known that prior to gender studies, the differences between men and women were justified only from a biological perspective. As the feminist movement develops, there is a concern for the social and political organization of the relationship between the sexes. This is where gender studies begins: in an attempt to understand the normative structures of society responsible for female subordination. This study aims to summarize the main political and social debates regarding women, promoting a discussion with psychoanalytic theory. Thus, this study demonstrates how psychoanalysis, from its listening and reflection character, can be used as a powerful device for the potentiation of subjective territories of existence.

KEYWORDS: Femininity; Feminism; Genre; Woman; Psychoanalysis.

1 INTRODUÇÃO

Diante do movimento feminista, instaura-se um discernimento a respeito da imposição de um discurso normativo relativo aos papéis de gênero que culminavam em um assujeitamento feminino no espaço político e social. Isso proporcionou um entendimento de que as posições ocupadas por homens e mulheres são derivadas também de uma construção histórica e cultural, e não somente a partir de um viés biológico, como se pensava anteriormente. É diante disso que as mulheres adquirem recursos para questionar a posição subordinada que ocupavam socialmente e reivindicar maior autonomia. Ao entender a submissão feminina enquanto construção social, e não mais a partir de um determinismo biológico, cria-se a possibilidade de transformação da posição ocupada pela mulher na sociedade. (MELO, 2006)

Uma vez que o sujeito para a psicanálise é concebido de modo não pré-determinado, acredita-se que a teoria psicanalítica pode contribuir para a potencialização de territórios sub-

¹ Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. amandapsi.sdmo@gmail.com

jetivos de existência, permitindo uma articulação com alguns dos objetivos do movimento feminista e movimento Queer. Diante disso, este artigo visa abordar acerca da construção da subjetividade feminina sob viés da psicanálise e dos estudos de gênero, promovendo interseções entre os dois campos. Sabe-se que a teoria psicanalítica foi alvo de críticas devido a um suposto caráter patriarcal e conservador, entretanto, estudiosos psicanalistas apontam equívocos em algumas dessas interpretações, que serão discutidas no decorrer deste trabalho. Além disso, demonstra-se que a psicanálise sofreu diversas reformulações no que diz respeito à mulher e a feminilidade, de modo que se mostra necessário realizar uma contextualização histórica dos textos psicanalíticos, uma vez que toda teoria é influenciada pelo contexto sociocultural em que se está inserida.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A mulher sob viés político e social

Impulsionado pelo paradigma do liberalismo e pelos ideais da Revolução Francesa de “Igualdade, Fraternidade, Liberdade” surge o movimento feminista no século XVIII. É diante disso que se inicia uma percepção crítica a respeito dos padrões hierárquicos de poder que colocavam a mulher em posição de desvantagem em relação ao homem na conjuntura política e social. O feminismo surge, então, para reivindicar um conceito ampliado de cidadania e democracia através da garantia dos direitos humanos universais, como acesso à educação formal, ao trabalho remunerado e ao voto. (BITTENCOURT, 2015)

Houve um apagamento das diferenças entre os sexos nas pautas do movimento nessa primeira geração, baseado na crença de que a deriva de qualidades inatas e distintas entre os sexos implicam desigualdades, ou seja, culminam em opressão masculina sobre o sexo feminino. Dessa forma, buscou-se como objetivo principal a igualdade, entendida como a substituição da relação de opressão por relações entre seres livres e iguais. O conceito de identidade era tido, portanto, como universal e definido a priori. Homens e as mulheres deveriam ser considerados indistintos na categoria de ser humano, para que pudessem ser iguais perante a Lei. (HITA, 2002)

Isso levou a uma restrição a pautas jurídicas e isoladas, sem haver nesse primeiro momento um questionamento aprofundado a respeito do papel cultural da mulher. Como consequência, a conquista dos direitos legais levou a um descenso do movimento feminista nas décadas de 1930 e 1940. Enquanto isso, houve forte apelo midiático para exaltar a figura da do-

na de casa servil ao marido, aos filhos e à indústria de beleza e estética. Somente na década de 60 iniciaram os questionamentos a respeito desses impactos sociais e culturais da feminilidade, caracterizando a segunda onda do movimento, que se consolidou desafiando as estruturas normatizadoras da sociedade (BITTENCOURT, 2015).

É nesse período que surge o conceito de gênero, inspirado sobretudo por uma das obras de maior destaque do movimento feminista: *O Segundo Sexo*, publicado por Simone de Beauvoir em 1949. Beauvoir precedeu a formulação do termo com a fatídica frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, permitindo uma separação do conceito de sexo, designado somente ao anatômico, e de gênero, nomeado por ela como “sexo vivido” e entendido como conjunto de fatores sociais e culturais impostos com base no sexo. Diante disso, convida as mulheres a não se submeterem ao mito alienante da feminilidade, responsável pela objetificação que as impedem de se tornarem sujeito de si mesmas (BEAUVOIR, 2009).

De acordo com autora, produções discursivas realizadas por instituições religiosas e científicas encarregaram-se de transportar aspectos biológicos para o processo de socialização, de modo a condicionar os indivíduos a cumprirem um determinado papel na conjuntura social com base no sexo de seu nascimento. Ao realizar um questionamento a respeito do papel que foi atribuído às mulheres, observa que essas estão em posição de assujeitamento em uma coletividade governada por homens.

Desde o nascimento, a mulher é entendida como sexo frágil, e já na infância percebe-se uma forte repressão em seus comportamentos para que se mantenha nesse lugar, enquanto os meninos são condicionados à virilidade. Com o alcance da maturidade, há uma intensificação dessa repressão no que diz respeito à sexualidade feminina, através do entendimento de que essa só pode ser exercida no âmbito matrimonial, como uma oferta para seu marido em detrimento de seu próprio prazer. Isto posto, sua existência é completamente subordinada à existência de um homem que a sustenta e a toma como propriedade. Arelado ao casamento, vem a premissa de ser mãe e a responsabilidade com os filhos e a casa. Como consequência, uma vivência restrita ao âmbito doméstico. Sua única função no espaço social é a de se mostrar ao outro, mas de modo recatado, para que possam ser validadas. Somente às prostitutas era permitida uma condição de liberdade para frequentar os espaços públicos, uma vez que estas estavam entregues inteiramente a serviço dos interesses sexuais masculinos.

Esse questionamento a respeito do papel da mulher na sociedade implicou em ferramentas analíticas mais sofisticadas para combater a inferiorização feminina. Destaca-se a necessidade da mulher em assumir um destino autônomo, através do trabalho, para que possa se manter financeiramente de modo independente. Para tal, tem-se como demanda a isonomia de

direitos e igualdade salarial. Beauvoir também aponta a importância do controle da natalidade e direito ao aborto, além da possibilidade de sentir prazer, de modo que o sexo não seja um fator de condicionamento da subordinação feminina.

Dessas percepções adveio a bandeira de luta “o pessoal é político”. Entende-se a partir disso que os acontecimentos da vida pessoal não são imunes à dinâmica de poder político, uma vez que as mulheres eram condicionadas politicamente a se restringir ao espaço doméstico. Em contrapartida, os homens comandavam o poder no âmbito público. Enquanto as mulheres eram responsáveis pelas ocupações privadas, relativas aos cuidados com a casa e os filhos, os espaços públicos estavam sendo construídos sob dominação masculina, deixando as mulheres à margem e gerando o entendimento de que são naturalmente inadequadas, devendo-se restringir ao papel privado de esposa e mãe (MELO, 2006).

Conforme afirma Hita (2002), diante do avanço na análise do movimento, ocorre um deslocamento da preocupação com a igualdade para a preocupação com a identidade, mostrando-se necessário realizar um recorte para afirmar as diferenças entre homens e mulheres, de modo a reivindicar para além dos direitos universais, mas também os direitos específicos. Ou seja, gerou-se um entendimento de que a diferença não era necessariamente sinônimo de desigualdade, uma vez que a partir de sua demarcação seria possível reivindicar um repolitização em prol de direitos negligenciados pela corrente anterior. Como exemplo, o lançamento da pílula anticoncepcional na década de 60, que possibilitou às mulheres maior liberdade sexual e direito de controle da natalidade.

Entretanto, essa reivindicação de direitos específicos para as mulheres levou a uma preocupação com a identidade feminina, que se apoiou numa ideia de sujeito mulher universal. Como consequência, o sexo foi entendido enquanto fator primordial para inscrição sócio-histórica dos indivíduos. Com isso, o movimento foi criticado por negligenciar outros tipos de demarcadores de opressão que não fossem baseados no sexo. Mulheres pertencentes a outros grupos minoritários destacaram a importância de outros recortes sociais, como classe econômica, orientação sexual, raça e religião, enfatizando a diferença entre as mulheres. Além disso, a subordinação morfológica rígida e imutável entre sexo e gênero atuou como reforçadora dos estereótipos sobre os corpos, levando à inviabilização de corpos que não estejam conforme as normas binárias e sexistas, como a população transgênero.

É diante dessas críticas que se inaugura uma nova geração do feminismo nas décadas de 80 e 90. Influenciado por teses pós-modernas, inicia-se um questionamento a respeito das premissas tradicionais dos paradigmas identitários. O gênero conforme conhecíamos foi criti-

cado por suas formulações binárias e excludentes, de modo que buscou-se dissolver as polaridades, transcendendo-as e fazendo surgir fronteiras de subjetividades fluidas.

Diante da impossibilidade de conceber uma identidade feminina universal que unificasse o significado do que é ser mulher, busca-se elaborar formas de identificação mais flexíveis, uma vez que se entende que toda posicionalidade está aberta a transformações no processo de desconstrução e devir social. Como consequência, surgiram “maiores possibilidades para garantir o respeito às liberdades e diferenças individuais e maior flexibilidade e agilidade de abertura para mudanças, já que estamos em constante processo de transformação”. (HITA, 2002)

De acordo com Judith Butler (2003), filósofa feminista pós-moderna e teórica Queer, a categorização atual entre homens e mulheres implica em um engessamento identitário, que se dá através de um regime cultural de poder que determina imperativos aos sexos, moldando o corpo através de um discurso socialmente imposto. Ou seja, expressões de gênero são direcionadas a partir de um determinismo social dos conceitos de feminino e masculino, que estabelece um conjunto de normas a serem seguidas com base no sexo. O conceito de gênero permanece, portanto, atado ao âmbito essencialista:

Em algumas explicações, a ideia de que gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscrito em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Neste caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 26).

Inspirada por Michel Foucault, Judith Butler gera fortes contribuições à teoria Queer, escola de pensamento que se define pela oposição às normas de gênero e sexualidade. Foucault gerou tais contribuições a partir do entendimento que as instituições de poder produziam um saber discursivo sobre a sexualidade, com o intuito de regular e disciplinar a população em prol de seus próprios interesses. Através da genealogia do poder, o teórico explicita que todo conteúdo do saber a qual temos acesso está atravessado por relações desiguais de poder que legitimam preconceitos. Sob esse aspecto, a ciência deixa de ser entendida como universal ou neutra, passando a ser percebida como investida em uma rede de poder. Para ele, não há saber sem um conjunto de regras e limitações que caracterizam o discurso daqueles que estão no poder, uma vez que estes são os responsáveis pela expressão dos discursos sociais e financiamento da ciência. Esse fenômeno é denominado por Foucault como biopoder, que surge com o intuito de gerir os problemas políticos de uma sociedade industrial e contribuir

para manutenção de relações específicas de poder, sendo esse método essencial para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que é responsável pela hierarquização da sociedade, de modo a garantir relações de dominação (FOUCAULT, 1977).

Essa perspectiva é fundamentada também por Thomas Laqueur, historiador e sexólogo americano. O autor demonstra como as teorias científicas a respeito do sexo sempre estiveram atreladas aos discursos da época, de modo a ciência não apenas investiga as diferenças entre os homens e as mulheres, mas as institui. Laqueur relata que inicialmente o modelo científico buscou entender a sexualidade somente a partir de um modelo masculino, de modo que somente em 1759 um esqueleto feminino foi detalhado em um livro de anatomia. Quando as diferenças entre macho e fêmea foram descobertas, já havia sido estabelecido um padrão, que era o homem. Diante do pensamento político da época, que se pensava o sexo masculino como detentor do poder e o feminino enquanto subalterno, os cientistas elaboraram uma ordenação corporal hierárquica que considerava a mulher um homem inferior ou invertido. Invertido porque seus órgãos sexuais eram os mesmos dos homens, só que voltados para dentro: a vagina e os ovários eram entendidos, respectivamente, como um pênis e testículos internos. Inferior porque se considerava que faltava à mulher a força e a intensidade do calor vital masculino (LAQUEUR, 2001).

Laqueur afirma que o determinismo natural da diferença entre os sexos surgiu no meio científico diante da necessidade de manutenção do poder masculino na organização social. Diante do clamor da universalidade por liberdade e igualdade advindos da Revolução Francesa e da primeira onda do movimento feminista, conforme citado anteriormente, a natureza se tornou uma justificativa plausível para que os homens justificassem sua posição de domínio. Um novo modelo biológico e binário ganha evidência, em que uma anatomia e fisiologia passam a ser intransferíveis e determinantes.

Uma das manifestações desse contexto se deu a partir do descobrimento de que o orgasmo feminino não era necessário para o ato de reprodução, diferente do masculino. Com isso, cria-se uma desassociação da mulher com o erotismo, distanciando-a de seus desejos sexuais e definindo sua sexualidade a partir de uma preocupação com a satisfação dos desejos masculinos e a procriação.

Demonstra-se, portanto, como os saberes relativos à sexualidade podem estar ligados a estratégias de forças localizadas nos saberes médicos, políticos e religiosos. E, sendo assim, é constituída por uma rede de elementos que normatizam e condicionam os indivíduos em um dado momento histórico. Diante disso, pode-se entender o corpo e sexualidade não mais como algo absoluto, mas detentor de uma materialidade provisória e relacional

Sob essa ótica, Foucault elabora o conceito “estética da existência”, relativo à possibilidade de fazer da vida uma obra de arte onde o sujeito é o próprio artesão, visando a produção de si mesmo e de um estilo próprio em sua vivência. Para seu estabelecimento, seria necessário “ocupar-se consigo”, ou seja, instituir um trabalho de treinamento de si, que se dá através da prática (FOUCAULT, 1985).

Isto posto, o Queer emerge como uma preocupação em desconstruir o caráter permanente da oposição binária e heteronormativa do gênero. Espera-se que se possa desfazer o gênero conforme conhecemos, de modo que suas normas assumam um papel inovador. Ou seja, busca-se substituir identidades fixadas *a priori* por novas formas de identificação, emergentes da representação subjetiva de cada indivíduo em um dado contexto histórico e social. (BUTLER, 2004)

Entende-se, diante disso, o gênero enquanto identidade performaticamente construída, fazendo com que corpos infinitamente distintos adquiram aparência de gêneros fixos e idênticos: “um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”, conforme afirma Butler (2003). Isso significa que essas categorias de identificação são previamente definidas, e os sujeitos são condicionados a repetir continuamente normas de gênero, até sua internalização. Não haveria, portanto, essência ou identidade de gênero por trás das expressões de gênero, uma vez que não se refere ao o que se é, mas o que se performa.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável (BUTLER, 2003, p. 195)

De acordo com a filósofa, as identidades de gênero são firmadas em uma matriz heterossexual e binária, que estabelece que deve haver uma continuidade entre sexo biológico, gênero socialmente construído e a expressão ou efeito de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. Como consequência desse modelo ilusório, geram-se sentimentos de inadequação de gênero ou inadequação corporal naqueles que não se sentem representados por este sistema de definições. Tais indivíduos são inviabilizados na conjuntura social, levando a condição de patologização. Trata-se, portanto, de um regime de poder, que garante a existência de certas identidades em detrimento de outras.

Diante disso, Butler encontra condição para subversão de gênero ao enquadrar o processo de tornar-se em termos de um trabalho consciente de incorporação, com caráter de fabricação da identidade sexual, a partir da reelaboração das normas culturais que governam os corpos. Ou seja, contrapõe a ideia de que o gênero possui identidade fixa e só pode ser entendido como passivamente determinado, uma vez que é constituído no tempo através de uma repetição de atos simbólicos. Dessa forma, defende o fazer valer em detrimento do ser, através da representação e repetição de modelos mais amplos e flexíveis e de atos corporais subversivos que introduzem os problemas de gênero. Isso é nomeado de voluntarismo performativo, e se refere à capacidade de cada sujeito se tornar responsável por entretecer sua interpretação cultural subjetiva com seu próprio corpo, o que possui aspectos políticos e pretende demonstrar que não há uma forma única de ser homem e mulher. (BUTLER, 2003)

Contudo, em 2004 com “Desfazer Gênero”, Butler demonstra um equívoco na tese de que o gênero poderia ser completamente reduzido a uma construção social. Para isso, a autora utiliza do conceito de pulsão de Freud, entendido como uma potência transformadora que emana do corpo e se desvia das normas sociais, rompendo com a coerência de qualquer postulação de uma identidade. E afirma: “Somos dirigidos por aquilo que não conhecemos e não podemos conhecer. Esta pulsão é precisamente o que não se reduz à biologia e nem à cultura, mas sempre o lugar de sua densa convergência” (BUTLER, 2004).

2.2. A mulher sob viés psicanalítico

Em 1905, em *Três Ensaio sobre a Sexualidade*, Sigmund Freud inaugura suas bases iniciais de sua concepção da sexualidade a partir de um paradigma masculino, que identifica o pênis enquanto único órgão sexual passível de reconhecimento pela criança — sendo, na menina, o clitóris correspondente a um pequeno pênis. Isso implica em uma representação sexual exclusivamente masculina, de modo que a feminino ainda se encontrava sem definição. (FREUD, 1972)

Com *A Organização Genital Infantil* de 1923, Freud apresenta um novo imaginário infantil no qual as crianças descobrem que um dos sexos não tem pênis. Diante disso, cria-se uma separação onde os meninos são compreendidos enquanto aqueles que possuem falo, e as meninas enquanto castradas. Isso implicaria numa definição da masculinidade marcada pelo sentimento de posse do falo e conseqüente medo de perdê-lo, enquanto a feminilidade era marcada por um sentimento de inveja advindo do desejo de possuir o falo. (FREUD, 1972)

Vale salientar que ao longo do desenvolvimento da teoria freudiana o termo falo deixa de ser reduzido ao órgão sexual masculino para contemplar uma representação psíquica imaginária e simbólica construída a partir dessa região. O psicanalista Serge André afirma: “se o falo tem relação íntima com o órgão masculino, é na medida em que designa o pênis enquanto faltoso ou suscetível de vir faltar”. (ANDRÉ, 1998, p. 172). Diz respeito então a uma condição de falta que se encontra sempre presente: de um lado, o reconhecimento da ausência do falo por parte das meninas, e o falo enquanto passível de vir a faltar por parte dos meninos.

Em 1931, ao discorrer sobre o complexo de Édipo nas meninas, afirma que a mulher reconhece sua castração e a superioridade fálica, mas se rebela contra essa concepção indesejada. Disso abrem-se três possibilidades de desenvolvimento sexual. A primeira via é caracterizada pela frigidez e inibição dos impulsos sexuais em decorrência da insatisfação com a posição que ocupa sexualmente. A segunda é marcada por uma busca desenfreada pela masculinidade, gerando uma modificação no caráter da mulher com o objetivo de possuir o falo. A terceira é considerada pelo autor como a feminilidade propriamente dita, tida como normal, e é caracterizada pela maternidade como suplência da falta fálica. (FREUD, 1972) Observa-se, portanto, uma impossibilidade do autor em avançar verdadeiramente em relação a sexualidade feminina por estar preso a uma perspectiva fálica. Seria essa primazia do falo da teoria freudiana produto de uma construção simbólica de poder em uma cultura falocêntrica?

Em 1932, com o artigo *Feminilidade*, Freud discorre com maior profundidade a respeito dos comportamentos tidos como masculinos e femininos, sob a ótica da atividade e passividade. Demonstra que a ciência sempre buscou distinguir os indivíduos com base na anatomia: a célula sexual masculina, o espermatozoide, é ativamente móvel, enquanto o óvulo, célula sexual feminina, é imóvel e o espera passivamente. Diante disso, extraíram-se as nomeadas características sexuais secundárias, com a premissa de que o sexo influencia o funcionamento de outros órgãos do indivíduo, e conseqüentemente, seu modo de atuação no mundo. Entretanto, o psicanalista afirma que a concepção da atividade enquanto característica masculina e da passividade enquanto característica feminina é errônea, uma vez que a proporção em que o masculino e o feminino se misturam no indivíduo está sujeito a flutuações muito amplas. Em algumas classes de animais, as fêmeas são mais fortes e mais agressivas que os machos, e mesmo a função de criar e cuidar do filhote não está invariavelmente no sexo feminino. Além disso, mostra-se inadequado associar comportamentos masculinos à atividade e os femininos à passividade na espécie humana, uma vez que no primeiro momento do Édipo a menina possui desejos sexuais frequentemente ativos dirigidos a mãe, e quando exerce cuidados maternos junto ao seu filho, é ativa com ele em diversos sentidos, como na amamentação.

Enquanto isso, os homens não seriam capazes de conviver com sua espécie sem uma dose de grande de adaptabilidade passiva. Desse modo, a atividade e a passividade poderiam, no máximo, serem entendidas como tendências derivadas de um modelo que tem a relação sexual como base. Contudo, acrescenta que não se deve subestimar a influência dos costumes sociais que compelem as mulheres a uma situação passiva, uma vez que a supressão da agressividade das mulheres lhes é instituída constitucionalmente e socialmente imposta. (FREUD, 1972)

É diante da percepção de que os costumes sociais acarretam uma repressão dos impulsos sexuais que Freud elabora sua teoria da neurose. Estávamos ainda em 1908 quando o psicanalista afirmou que a noção de adoecimento psíquico resultava de limitações impostas à vida sexual dos indivíduos. De acordo com o autor, a civilização seria regida por uma moral sexual civilizada, cujas exigências entram em conflito com as exigências pulsionais. Os sintomas neuróticos eram localizados como uma saída substitutiva encontrada pela pulsão diante desse conflito (FREUD, 1972).

Convém aqui esclarecer o conceito de pulsão: impulso sexual que impele o organismo a fim de eliminar uma tensão existente ou obter uma sensação de prazer. Essa afirmação situa a sexualidade na ordem da satisfação, diferenciando-a de instinto e da procriação e colocando o prazer e as representações psíquicas no centro da problemática sexual. Quando a realidade impede que a pulsão alcance aquilo que deseja obter, contenções são exercidas pela via do sintoma. A tarefa de dominar as pulsões sexuais por outros meios que não sua satisfação é extremamente custosa ao indivíduo. De acordo com o autor, as restrições impostas pelas sanções religiosas e regulamentos culturais ocasionariam em uma repressão da libido que se voltaria sobre o próprio indivíduo sob forma de angústia.

Cabe aqui salientar que nesse período Freud já destacava um prejuízo especial às mulheres no que diz respeito às restrições impostas pela civilização, uma vez que aos homens seria concedido maior liberdade sexual. Ele afirma que quanto mais severa houver sido a educação de uma mulher e quanto mais ela se submeter as exigências civilizatórias, maior a possibilidade dela se refugiar na neurose diante do conflito entre seus desejos e seus deveres.

É interessante ressaltar aqui a respeito da clínica da histeria para elucidar essa questão, uma vez que as pacientes históricas foram o grande marco inicial da clínica psicanalítica, sendo assim, substancial para compreender o impacto do inconsciente no psiquismo. O primeiro caso relatado por Freud foi referente a paciente conhecida como Anna O. Ela apresentava uma vasta diversidade de sintomas histéricos, como paralisia, lapsos de memória, perturbações visuais e impossibilidade de ingerir líquidos e alimentos. Foi descrita como uma mulher religiosa, recatada e tímida que sofria com o extremo controle dos pais, o que fez com que a jo-

vem se tornasse frustrada em seus anseios intelectuais e confinada ao espaço doméstico, possuindo uma vida monótona e sem nenhuma possibilidade de viver suas fantasias. De acordo com o autor, seus sintomas teriam surgido como única alternativa de satisfação diante de um excedente não utilizado de energia mental, devido à necessidade de recalque proveniente do ideal doméstico de feminilidade imposto (FREUD, 1972). Diante de tais contribuições, os sintomas histéricos deixaram de ser vistos como uma disfunção biológica feminina, para serem pensados como modo de expressão do sofrimento psíquico, o retorno do recalcado, advindo da repressão sofrida pelas mulheres em uma sociedade patriarcal.

Observa-se, diante disso, que embora a teoria freudiana reflita alguns dos ideais conservadores de sua época, o método psicanalítico permitiu às mulheres voz para que pudessem falar de si e serem ouvidas, se tornando agentes de sua própria transformação. Conforme escutou as histéricas em análise, Freud retirou da ciência o papel de suposto detentor do saber que possuía na época, colocando-o na própria mulher, sendo assim, um aliado indireto no processo de emancipação feminina.

Lacan desdobra a teoria freudiana ao aprofundar acerca às dimensões simbólicas e imaginárias do falo. Evidencia a importância da linguagem, entendida como cadeias significantes, organizadas em torno de uma falta central na apreensão da sexualidade. O falo funcionaria como um significante privilegiado que inscreve a falta no inconsciente.

Sobre a discussão freudiana que concede ao falo uma primazia tanto para os homens quanto para as mulheres e que gerou polêmica no meio analítico, Lacan intervém e propõe o falo como significante. Não um significante qualquer, mas um significante privilegiado que indica junção entre sexualidade e linguagem. A consequência de ser o homem um animal parasitado pela linguagem, um ser falante, é que nada nele será mais da ordem do instinto. Isso quer dizer que cada sujeito assume seu sexo como consequência de sua relação como o significante da castração, o falo. (BESSA, p. 47, 2012)

De acordo com Lacan, o desejo é produto da falta, sendo assim, o falo funcionaria também como um representante e orientador do desejo, um operador simbólico que permite ao sujeito se situar frente ao que lhe falta e, portanto, deseja. De acordo com o autor, esse posicionamento diante da castração seria o ponto norteador da identificação sexual. Do lado masculino, estariam aqueles que pensam possuir o falo, de modo que se instalasse pela via da ameaça um medo de perdê-lo. Do lado feminino, estariam aquelas que sabem não possuir o falo, instalando-se um sentimento de inveja em decorrência da vontade de tê-lo. Como consequência, aquele identificado enquanto ser masculino se protegeria da falta pela via do “ter”,

uma vez que possuem o suporte imaginário do falo. Enquanto isso, o caminho percorrido pela feminilidade seria o de “ser” o falo, ou seja, ser o objeto de desejo do Outro (BESSA, 2012).

Em fórmulas da sexuação, Lacan define a posição de sujeito sexuado a partir da posição do sujeito em relação ao falo e ao modo gozo. Para o autor, os homens estariam plenamente vinculados ao gozo fálico, enquanto as mulheres possuiriam acesso também a outro tipo de gozo, considerado para ele como enigmático. Isso se deveria ao fato de não haver no inconsciente feminino um significante capaz de contemplar as mulheres, ao contrário dos homens que estariam exclusivamente submetidos à mediação fálica devido à crença de que existe um homem todo poderoso que faz exceção à regra da castração - em referência à mítica freudiana de Totem e Tabu.

Uma vez que as mulheres se percebem como alheias à totalidade fálica, devido à inexistência de uma mítica feminina que represente a possibilidade de não se submeter à castração, abrem-se outras possibilidades de gozo que não envolvam o falo. Com esse discurso, o feminino deixa de ser entendido como falta, conforme defendia Freud, e passa a ser visto como excesso, devido à ausência de limites simbólicos para definir o que é ser mulher (BESSA, 2012).

Com o enunciado “A mulher não existe”, Lacan determina que a feminilidade não se fixa completamente enquanto um símbolo, dizendo que há algo inassimilável no que diz respeito à ordem significante, algo que escapa ao discurso. Isso significa que não há uma categoria universal que represente a feminilidade, não existe a mulher, mas infinitas formas de ser uma. Há nesse momento em sua teoria um deslocamento da primazia do imaginário e do simbólico para tratar acerca ao real: a mulher estar não toda inscrita na função fálica implica que haja um gozo a mais, não pré-determinado pelo discurso. Desse modo, caracteriza-se por um conjunto aberto ao infinito, onde uma mulher poderá construir diversas soluções. (BESSA, 2012)

Para Lacan, essa relação com a exclusão é também o que torna a posição feminina mais livre e mais maleável para com as normas que visam sempre uma forma de universalidade constrangedora. Lacan vê nisso a possibilidade de um gozo suplementar. À oposição freudiana entre gozo clitoriano e suposto gozo vaginal, Lacan responde por meio de uma distinção entre o gozo fálico e o gozo feminino. Essa distinção não se enraíza na anatomia, mas em uma relação com o Outro, fazendo com que ali onde o gozo fálico permite a um sujeito saber do que ele goza, quando isso começa e quando isso acaba, do lado do gozo feminino há uma outra parte de ilimitado que faz com que o sujeito se aventure em regiões onde ele abandona os constrangimentos do universal. Foi o que Lacan chamou de um gozo para além do falo. (LEGUIL, p.130, 2016).

2.3. Interseções entre os estudos de gênero e a psicanálise

Embora Butler recorra à psicanálise para a formulação de sua teoria de gênero, realiza também fortes críticas à diferença sexual do ponto de vista psicanalítico. De acordo com a autora, as posições da sexuação reproduzem um caráter normativo e binário ao separar os seres em masculino e feminino, servindo à prescrição de delimitações do regime de poder e excluindo a alteridade (BUTLER, 2003). Entretanto, estudiosos psicanalistas apontam equívocos em tal concepção.

Santiago (2013) afirma que a psicanálise não se compromete com a normatividade, uma vez que não corresponde a nenhuma essência pré-determinada ou natureza dada. Há certamente uma realidade anatômica, mas que se mostra secundário diante daquilo que marca simbolicamente o ser. O determinante diz respeito àquilo que se enraíza nas primeiras relações de um ser com aqueles que desejaram sua vinda ao mundo, ou com aqueles que não o quiseram, mas que é sempre um Outro que representa para o sujeito um primeiro ponto de apoio identificatório. Cada sujeito é falado pelo Outro antes mesmo que adquira a própria fala. Diante disso, forma-se uma fantasia que diz respeito a um modo de se inscrever no mundo. Fantasia construída de modo único na história de cada um, uma vez que não há uma resposta unívoca para a questão do ser homem ou mulher (LEGUIL, 2016).

Não somente a civilização produz um certo discurso sobre o corpo que permite lhe dar um lugar e uma função, mas também, como Lacan o mostrou, o sujeito, em sua existência singular, acede a uma relação com seu corpo a partir dos gestos e das falas que o Outro lhe adereça. (LEGUIL, p. 71, 2016)

Leguil (2016) defende que o método analítico pode legitimar o questionamento a respeito das hierarquias de gênero e dos discursos normativos, uma vez que reconhece uma alienação do sujeito ao campo simbólico. Desse modo, a definição da sexualidade no inconsciente não é incompatível com o reconhecimento da dimensão histórica abordada pelos estudos de gênero, uma vez que o inconsciente é determinado pelo discurso no qual o sujeito se encontra capturado. Isso significa que embora o meio sociocultural gere sim impactos na construção da identidade, essa não se reduz a isso, uma vez que cada sujeito possui uma história particular e um modo subjetivo de interpretar os significantes de sua realidade.

Há, portanto, uma concordância de que o gênero é constituído a partir dos estereótipos sociais, o que a psicanálise denomina, de certa forma, como semblante. Entretanto, a psicanálise defende que tais estereótipos podem ser representados ou contestados, em função de escolhas mais profundas e subjetivas dos sujeitos em sua história (SANTIAGO, 2013).

Vale salientar que essa visão que concebe a sexuação como uma decisão subjetiva tem sido fortemente reivindicada diante dos rearranjos inéditos da diferença dos sexos na contemporaneidade, sobretudo no que diz respeito à população transgênero. Os transgêneros têm demonstrado que aquilo que anteriormente se fazia apenas como semblante pode se realizar diretamente no corpo, como uma alternativa revolucionária de lidar com o Real que é impossível de suportar. Pode-se considerar que a remodelagem do corpo atue como um modo concreto de reinvenção, que se dá através do corpo como significante. Sendo assim, não é o corpo por si só que é recusado pelo transexual, mas seu significado. Diante disso, torna-se possível que essa reinvenção em forma concreta funcione como uma invenção sinthomática, que possui efeito de estabilização e funciona como operador de interpretação, permitindo ao sujeito que ele se apreenda.

O gênero de um ser [...] se delinea a partir de uma história que pode repercutir as normas da época e, para além disso, que traz a marca ali depositada por elementos singulares. Voltar-se para as origens do gênero, seja quanto a um homem ou a uma mulher que marcaram o ser em sua relação com sua sexualidade, é perceber que as normas não são se não um véu que recobre o que, muito frequentemente, não é dizível. (LEGUIL, p. 198, 2016).

Mostra-se, portanto, o papel fundamental do analista em questionar a respeito da posição sexuada de cada indivíduo, indo de acordo com a modalidade de saber defendida por Freud que se refere à enunciação do próprio paciente. Isso possibilita que o gênero deixe de ser um núcleo duro que enrijece o ser para ser uma interpretação inédita que cada um faz de seu ser sexual e de sua sexualidade. Como afirma Leguil (2016): "É como se o gênero fosse minado, do interior, pela sexualidade que faz explodir as normas".

Com o advento do Real por Lacan, os estudos psicanalíticos vão além dos estudos de gênero, uma vez que diz respeito a diferentes modos de gozo e uma dialética do desejo que escapa dos discursos e das normas simbólicas. Do ponto de vista psicanalítico, o semblante é considerado insuficiente para caracterizar a sexuação, que diz respeito ao gozo que se extrai do evento fundamental da castração para o ser falante. "A sexuação é uma escolha do sexo condicionado pela economia libidinal própria de um sujeito", conforme afirma Santiago (2013).

Lacan demonstra essa outra face do gênero, que se refere à inércia imaginária: momento em que os clichês surgem no lugar da angústia, diante da inquietante estranheza que decorre daquilo que não se pode nomear. Desse modo, o gênero pode ser entendido como produzido pelo próprio sujeito.

Nesse nó, que nenhum discurso revolucionário pode desatar, jaz o segredo da relação de cada um com seu ser sexuado. Esse nó é feito de paixões, de amor e de ódio, mas também de pulsões que mostram que, mais além da questão do Édipo, mais além da rivalidade e do confronto, é de outra coisa que se trata. O que se repete é da ordem do programa que não decorre nem da natureza, nem da cultura, mas de um giro pulsional diante do qual o sujeito tem pouca margem de manobra. Foi isso que Lacan chamou de gozo. A psicanálise do século XXI, com Lacan e depois dele, considera que seu objeto é alguma coisa de estranho, abjeto, fora de sentido, que surge através do corpo e na relação com o Outro, sempre às custas do sujeito. Dessa coisa, os estudos de gênero não falam; dessa coisa, as normas não dizem nada. Só o discurso na primeira pessoa é capaz de nos conduzir, assim, às origens do gênero, às origens do ser. (LEGUIL, p. 195, 2016).

Uma vez que o masculino e o feminino não se sujeitam a uma fixação estática, sendo entendidos como tendências, há também a possibilidade do deslocamento de um lado para o outro. Leguil (2016) afirma: “Portanto, o gênero, mais do que uma norma, um estado ou um atributo do ser, é um caminhar, um percurso de vir a ser.” Diante disso, em processo analítico, independente do sexo do sujeito, há sempre a possibilidade de se explorar aspectos subjetivos que vão para além do falicismo. Isso significa que todos os indivíduos possuem espaço para o uso inventivo de sua parte de gozo singular e não-todo. Contribui-se, portanto, para a potencialização de territórios subjetivos de existência (SANTIAGO, 2013).

O homem, no entanto, não se mostra imune a esse inominável, pois sua existência libidinal não se apresenta necessariamente submetida à obviedade do gozo fálico. Se a trajetória da experiência de análise desgasta e dissolve o cenário fetichista da fantasia, colocando em xeque a certeza ilusória de seu ideal viril, abre-se espaço para um uso inventivo de sua parte de gozo singular e não-todo. No fundo, acreditar no ideal viril é a forma que certos homens encontram para suprir a falta. (SANTIAGO, p. 151, 2013).

Vale salientar que cabe ao psicanalista se situar, de algum modo, no lado feminino da sexuação, mesmo que a virilidade seja uma marca constitutiva em sua existência. Isso não significa que deve ser feminizado, mas que deve estar em condições de questionar a homogeneização do mundo ao fazer vacilar os semblantes que direcionam para consistência do Outro. Ou seja, deve-se “desvelar a verdade do falo enquanto um semblante impotente para cernir o modo em que o sujeito vive a pulsão para além do horizonte fetichista da fantasia masculina”, conforme afirma Santiago (2013).

Sua política é o avesso do mestre, é a política do não-todo. Se a função da castração é um limite, a parte feminina da sexuação se suporta por uma relação com o ilimitado, isto é, o gozo do corpo, nas mulheres, não se encontra circunscrito pelo órgão fálico. Para um homem, a passagem de analisante a analista exige a intromissão do que se constitui como o essencial da sexuação feminina. Vale dizer que o gozo fálico – atributo essencial da posição masculina –, concebido como regime libidinal

normatizado e, portanto, submetido aos limites estritos do significante é, em si, imprópria à conclusão da análise. (SANTIAGO, p. 149, 2013).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações abordadas nesse trabalho, pode-se constatar a importância do movimento feminista e dos estudos de gênero no que diz respeito à emancipação e empoderamento de mulheres, uma vez que contribuiu para ampliação da cidadania feminina e para uma participação ativa das mulheres nas esferas políticas, sociais e profissionais. Sabe-se que, no que tange aos aspectos jurídicos, a isonomia de direitos entre homens e mulheres foi conquistada pelo movimento em gerações anteriores. Entretanto, ainda se faz necessário denunciar os estereótipos de gênero que, através da imposição de um modelo cultural de feminilidade, permanecem promovendo a submissão feminina.

Foi atribuído à psicanálise o papel de defensora do patriarcalismo e normas de gênero, mas pode-se observar com esse trabalho que, apesar de inicialmente atrelada aos ideais patriarcais de sua época, os estudos psicanalíticos sofreram diversas reformulações no que diz respeito à mulher. À vista disso, demonstra-se a necessidade da teoria psicanalítica se manter atualizada diante das manifestações socioculturais contemporâneas.

Entende-se que o inconsciente advém de um corpo, que é biológico, e de uma historicidade, posto que o sujeito é um animal cultural. Entretanto, considera-se que os programas biológicos e culturais não bastam para dar uma resposta ao sujeito sobre seu ser, sendo necessário um viés subjetivo que diga respeito a uma esfera mais íntima que o sujeito só pode advir depois de uma articulação de sua própria história.

A diferença sexual lacaniana pode funcionar como essa terceira via em relação à via naturalista – que não questiona o gênero e o reduz um programa biológico – e os estudos de gênero – que o entende exclusivamente como alienação às normas sociais. De acordo com Lacan, o inconsciente situa a relação do sujeito com sua sexualidade para além da anatomia e cultura, se tornando um modo de acesso à intimidade do ser, através de uma experiência que envolve o desejo, ao gozo e a fantasia. Essa experiência se constrói através dos encontros vividos pelo sujeito, da ordem da fala e da linguagem, visto que como seres falantes somos

constituídos a partir de uma relação com o Outro. Diante disso, a sexuação de um sujeito diz respeito “ao que ele fez daquilo que se fez dele” (LEGUIL, 2016), uma vez que permite ultrapassar as restrições impostas pela fixação das identidades sexuais.

Conclui-se, portanto, que o método psicanalítico pode ser utilizado como artifício para se desfazer do apego inconsciente ao discurso normativo, que atua enquanto principal agente de aprisionamento de mulheres na contemporaneidade. Espera-se, assim, que a psicanálise possa guiá-las em direção à autonomia a partir da possibilidade de construção de um sentido subjetivo de existência, em detrimento de um sentido imposto responsável pela subordinação feminina.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BESSA, Graciela. **Feminino: um conjunto aberto ao infinito**. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2012.
- BITTENCOURT, Naiara. Movimentos Feministas. **Insurgência: revista de direito e movimentos sociais**. Brasília, v. 1, n. 1, 2015.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. **Desfazer gênero**. Nova Iorque: Routledge, 2004.
- FREUD, Sigmund. Estudos sobre a Histeria [1893-1895]. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1972
- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a sexualidade [1905]. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1972
- FREUD, Sigmund. Moral sexual civilizada e a doença nervosa moderna [1908]. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1972
- FREUD, Sigmund. A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade [1923]. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1972.
- FREUD, Sigmund. O Mal estar na civilização [1930]. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

FREUD, Sigmund. A Feminilidade [1933]. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III: O Cuidado de Si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985

HITA, Maria. Igualdade, Identidade e Diferenças: Feminismo na reinvenção de sujeitos. Em: ALMEIDA, Heloisa. et al. **Gênero em matizes**. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos gregos à Freud**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2001.

LEGUIL, Clotilde. **O ser e o gênero: homem/mulher depois de Lacan**. Belo Horizonte: EBP Editora, 2016

MELO, Hildete et al. **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

SANTIAGO, Jésus. O analista e as desordens no real do sexo no século XXI. **Revista Curin-ga**, Minas Gerais, n. 36, 2013. completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Edição Standard Brasileira, v. 7, 1996.

SERGE, André. **O que quer uma mulher?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.